

**Comitê Deliberativo de Compra Nacional - CDCN**

**16ª Reunião – 18/09/2019**

**Ata de Reunião**

**Versão 1.1**

**1) Identificação da Reunião**

<b>Data:</b> 18/09/2019	<b>Horário:</b> 09:00hs	<b>Local:</b> Sala de Reuniões da Presidência
-------------------------	-------------------------	---

**Pauta da reunião (art. 11, RI/CDCN<sup>1</sup>):**

- 1) Apresentação dos membros do Comitê;
- 2) Apresentação dos Resultados do Plano de Compra Nacional - PCN 2018/2019;
- 3) Deliberação sobre a prorrogação de prazo do PCN atual até janeiro de 2020;
- 4) Indicação de representantes das diretorias e Presidência para comissão técnica que providenciará a revisão do PCN 2018/2019 e elaboração da proposta de PECN 2020-2025 e PCN 2020;
- 5) Eventuais sugestões de alteração do Regimento Interno do Comitê.

**2) Controle de Revisão**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
18/09/2019	1.1	Primeira Versão	André Gomes Pontes
19/09/2019	1.3	Revisão	Renata Almeida
23/09/2019	1.4	Revisão	João César
01/10/2019	1.5	Revisão final	André Gomes Pontes

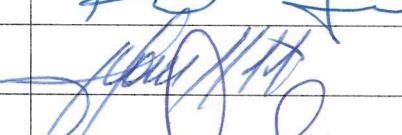
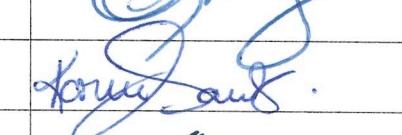
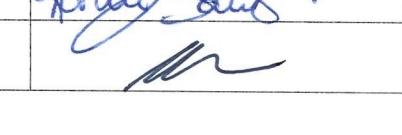
**3) Participantes da Reunião**

A lista de presença completa da reunião, contendo os membros do Comitê, suplentes e convidados, encontra-se anexa a esta ata.

As unidades que compõem o Comitê que estavam representadas por seus membros ou suplentes constam na tabela abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Presente</b>

<sup>1</sup> RI/CDCN: Regimento Interno do Comitê Deliberativo de Compra Nacional, aprovado por meio da Portaria FNDE n.º 75, de 24 de fevereiro de 2016.

Rodrigo Sérgio Dias	Presidência	Membro (Presidente)	
Gilvan Silva Batista	DIFIN	Membro	
Andréa Cristina Alves da Silva	DIGAP	Membro	
Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro	DIRAD	Membro	
Karine Silva dos Santos	DIRAE	Membro	
Ana Cristina Bittar Oliveira	DIRTI	Membro	

## Síntese da Reunião

A reunião se iniciou às 9h20 com o Diretor de Administração (DIRAD), Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro, dando boas-vindas aos presentes e ressaltando a importância da presença do Sr. William Ferreira da Cunha representante da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (SEALF). O Diretor ressaltou a importância de se promover uma maior aproximação entre FNDE e secretarias do MEC no âmbito das compras nacionais para a Educação, o que permearia, inclusive, a proposta de criação do Plano Estratégico de Compra Nacional (PECN) a ser apresentada na reunião. Em seguida, passou a palavra à Coordenadora Geral de Compras, Mercado e Qualidade (CGCOM), Carla Rodegheri, e ao Coordenador de Compras (CECOM), João César da Fonseca Neto, para condução da apresentação técnica.

Carla Rodegheri reforçou a importância dessa que era a 1ª reunião do ano e a necessidade de se retomar o calendário regular dos encontros. Após apresentar a pauta do dia, passou a palavra ao Sr. João César para breve introdução acerca do modelo de compras nacionais desenvolvido pelo FNDE: O Registro de Preços Nacionais – RPN, o qual definiu como um modelo de gestão compartilhada de compras, com demandas baseadas principalmente no Plano de Ações Articuladas (PAR). Mencionou que no RPN o FNDE não realiza as aquisições diretamente, mas centraliza o processo licitatório e a gestão da ata, com ganhos de escalas e racionalidade processual, além de possibilitar o fomento à inovação. O coordenador de compras explicou a história de criação do RPN em 2008 para a implementação do Programa Caminho da Escola, voltado para aquisição de ônibus para

o transporte rural escolar. Até então o FNDE prestava assistência financeira aos entes federados por meio de convênios, mas com a baixa eficácia observada na execução dos recursos, decidiu também oferecer assistência técnica aos entes federados por meio da centralização da licitação e da gestão da ata, o que permitiu a redução dos preços auferidos e dos custos administrativos, além de ter possibilitado a indução de inovações no mercado, com a criação de modelos específicos de veículos: os Ônibus Rurais Escolares – ORE. Nos 12 (doze) anos do Programa, já foram adquiridos mais de 40 mil ônibus, atendendo com pelo menos um veículo a 99% dos municípios do país. A experiência com o RPN Caminho da Escola tem sido expandida para outros objetos desde então, sendo que atual Plano de Compras Nacionais – PCN, conta com 22 (vinte e dois) objetos distintos.

Passou-se então à explicação do processo de compra centralizada, desde a formalização de demanda das unidades demandantes, que podem ser as diretorias do FNDE e as secretarias do MEC, com a CGCOM realizando estudos de mercado, audiências públicas com participação das empresas e entes federativos, até a realização de licitação por meio de pregão eletrônico. Enfatizou-se o Controle de Qualidade, etapa essencial que é iniciada desde o planejamento da licitação, e que em certos casos, pela complexidade do objeto, requer realizar parcerias com institutos especializados para garantir a qualidade dos produtos. Carla Rodegheri, neste momento, mencionou o aplicativo “Confere aí”, idealizado pela Coordenação Geral de Articulação e Contratos - CGARC, para auxiliar o controle de qualidade a ser feito pelos entes contratantes quando da fiscalização dos contratos.

Finalizada a introdução sobre o RPN, a CGCOM iniciou a explicação sobre o que é o Comitê Deliberativo de Compra Nacional, expondo sua importância e regimento interno, que inclui a aprovação do PCN, ponto principal da reunião. O Coordenador de Compras reforçou que a criação o PCN foi um avanço para o planejamento das compras nacionais devido a quantidade de demandas recebidas anteriormente sem um rito bem definido ou critérios claros de priorização.

Carla Rodegheri mencionou, então, quais eram os membros participantes do CDCN previstos no regimento interno, e propôs votação para inclusão da DIGEF como membro do comitê, conforme alinhado em pauta anteriormente. O Presidente do FNDE, Sr. Rodrigo Sérgio Dias, ao passo que reconheceu a importância da DIGEF como membro do CDCN, solicitou que esta primeira reunião tivesse um caráter mais explicativo, tendo em vista que

a maioria dos atuais membros participavam pela 1ª vez em uma reunião do CDCN. Todos concordaram que as deliberações fossem feitas a partir da 2ª reunião deste exercício.

Carla Rodegheri retomou a exposição do regimento interno. O Coordenador de Compras explicou que há intenção de se rever a participação das secretarias do MEC, que atualmente figuram como instância consultiva, para que sejam demandantes das compras nacionais do FNDE. O Presidente do FNDE manifestou seu entendimento de que o Comitê deve preservar o papel central do MEC como formulador das políticas públicas da Educação, e que o FNDE deve ser um órgão de execução dessas políticas. Neste momento, a Diretora de Tecnologia e Inovação, Ana Cristina Bittar Oliveira, questionou se existe algum insumo do MEC para realização do planejamento estratégico de compra nacional. O Coordenador de Compras do FNDE respondeu que antes do comitê não havia um espaço institucionalizado ou procedimentos bem definidos entre o FNDE e o Ministério no tocante às compras nacionais, mas que já na elaboração do 1º PCN o MEC participou do Grupo de Trabalho que elaborou o Plano, figurando como unidade demandante de vários produtos. João César afirmou, ainda, que a intenção é que o Plano Estratégico de Compras Nacionais (PECN) a ser criado tenha vigência plurianual e que conte com as diretrizes para a elaboração dos PCN. O PECN seria, ainda, aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo do FNDE sejam, presidido pelo Sr. Ministro da Educação e com a participação das secretarias do ministério.

O representante da Secretaria de Alfabetização, Sr. William mencionou a existência de diversas demandas com relação a brinquedos e materiais paradidáticos a serem atendidas pelas compras nacionais. O Presidente reforçou o posicionamento da SEALF, e expôs que é necessário definir as diretrizes e melhorar a sinergia entre MEC e FNDE sobre definição dos objetos que gerarão atas, para que o FNDE foque sua atuação na execução das políticas. O Presidente solicitou ao representante da SEALF que levasse ao Ministério a mensagem de aproximação e pediu o seu auxílio na articulação com as demais secretarias do MEC neste sentido.

Carla Rodegheri retomou a apresentação, então, demonstrando os resultados do PCN 2018-2019, juntamente com seus objetivos previstos no regimento interno do comitê. João César apresentou todos os objetos que compõe o PCN citado, relacionando as áreas demandantes de cada projeto. O Diretor de Gestão Financeira, Sr. Luiz Tadeu Vilela

Blumm, questionou se há alguma programação antecipada para a entrada de vigência das atas, tendo em vista o calendário. O Sr. Presidente aproveitou para indagar sobre o prazo máximo de 12 meses de vigência destas se seria possível estendê-lo. O Coordenador de Compras respondeu que há um calendário com prazos estimados para cada objeto, mas que alguns fatores como impugnações, recursos e representações podem interferir nesse prazo, na prática concluído o processo licitatório, assina-se a ata de registro de preços em seguida. Acrescentou que o Decreto 7.892, que trata do RPN, define o prazo máximo das atas em 12 meses, não havendo atualmente previsão de prazos superiores ou prorrogações. O Presidente solicitou, então, a elaboração de documento com justificativas técnicas a ser enviado ao Ministério da Economia (ME) para solicitar o aumento do prazo de vigência das atas das compras nacionais. O Coordenador de Compras sugeriu que fosse aproveitada a oportunidade e que se solicitasse também ao ME modificação do decreto para que as escolas pudessem também se utilizar das atas do RPN com recursos do PDDE. O Presidente e demais membros concordaram com a proposta.

O Presidente do FNDE, neste momento, solicita a exposição de cada objeto previsto no PCN e suas respectivas situações, o que foi atendido pelo Coordenador de Compras na seguinte ordem:

a) **Escolas indígenas:** projeto realizado por meio do Regime Diferenciado de Contratação para construção de 18 escolas indígenas na reunião de São Gabriel da Cachoeira-AM, demanda do Ministério Público Federal, e que está na fase de assinatura do contrato em que o valor é de 39 milhões. Este projeto que envolveu participação das comunidades, sendo que a empresa vencedora é do Pará. Havia a preocupação sobre a dificuldade logística da licitação.

b) **Instrumentos musicais:** ata vigente. Presidente questiona sobre se os municípios e estados já podem adquirir os objetos, sendo a informação confirmada pelo Coordenador de Compras. Neste momento, o Diretor de Gestão Financeira (DIGEF) e o Presidente questionam sobre a possibilidade de aumento do quantitativo em até cinco vezes, como previsto no § 4º do Art. 22 do Decreto 7.892 de 2013. O Coordenador de Compras discorreu que este quantitativo, dado a particularidade do RPN no que diz respeito aos órgãos participantes, só pode ser atingido no caso de estados e municípios de mesma região, caso não haja ata disponível para a

própria região.

c) **Ventiladores:** ata vigente, com possibilidade de adesão pelos órgãos participantes.

d) **Material Escolar:** apenas a região Centro Oeste não possui ata vigente, mas que está em fase de homologação. O Presidente questionou sobre a situação da empresa Brinkmobil, que teria um processo no CADE, o que impediria de firmar contrato. O Coordenador de Compras explicou, então, que a Brinkmobil se encontra legalmente apta a licitar e contratar pois ainda não houve decisão do CADE, estando a empresa com sua situação positiva também no SICAF. O Presidente solicita então perguntar ao CADE oficialmente qual a situação das empresas que têm ata vigente com o FNDE, para averiguar se há algum tipo de restrição.

e) **Bicicletas e capacetes:** o Coordenador de Compras, neste momento, mencionou a dificuldade de licitar as bicicletas. A atual se encontra na fase de análise de protótipo para o único grupo restante, visto que os outros dois fracassaram em razão de as empresas não terem cumprido o prazo de entrega das amostras, mas que há possibilidade de solicitação de reconvoação das empresas. O diretor da DIRAD, nesse momento, questionou quais os critérios de posse das bicicletas, se ficam com alunos ou não, a partir do momento que são entregues aos municípios. Foi respondido pelo Coordenador de Compras que houve um estudo com a Universidade Federal de Goiás em parceria com a Diretoria de Ações Educacionais, que apontou que há diferentes tipos de modelo de gestão das bicicletas. Por considerar que a gestão deve ser definida pelo governo local, sugeriu-se que o FNDE apenas oriente o tipo de gestão a ser utilizado, para melhor atendimento da política pública.

O Sr. Presidente indagou sobre os valores das bicicletas, ao que o Coordenador de Compras respondeu estarem em torno de R\$ 800,00. O Presidente perguntou se esse valor não estaria alto, e o Sr. João César disse que ainda há possibilidade de negociação desses valores com o fornecedor. O Sr. Chefe de Gabinete, Sr. Guilherme, perguntou se a logística de entrega está inclusa no preço, o que foi afirmativamente respondido pela CECOM. A Coordenadora Geral de Recursos Logísticos (CGLOG), Isabel, explicou também que o preço das bicicletas contém também a precificação do risco dos fornecedores vencedores.

na execução das atas, que podem ter que fornecer durante 24 meses sem reajuste de preços, e que se baseiam apenas em expectativa de fornecimento, sem garantias.

Neste momento, o diretor da DIRAD solicitou que os protótipos das bicicletas fossem apresentados ao CDCN. O Presidente solicita informações para o CDCN deliberar sobre as dificuldades da contratação de bicicletas nas próximas reuniões. Ônibus: encontra-se no prazo para entrega dos protótipos pelas empresas vencedoras para avaliação do controle de qualidade do INMETRO.

f) **Equipamentos de Educação Conectada:** pregão encontra-se suspenso.

Houve questionamentos da CGU com relação a justificativas do processo, e em razão disto a DIRTI está realizando revisão das especificações com relação a alguns pontos técnicos.

g) **Sala de Recursos Multifuncionais:** o Coordenador discorreu sobre os itens que compõem a compra, cuja destinação é para alunos com necessidades especiais. Expôs-se que a dificuldade no momento é o cadastro do código de catalogação de materiais (CATMAT) pelo Ministério da Economia, que já está a mais de sessenta dias parado desde o envio da área técnica do FNDE.

h) **Caminhão Frigorífico:** a Diretora de Ações Educacionais, Karine, discorreu sobre o histórico do processo e seu vínculo com a agricultura familiar do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), e explicou que o caminhão foi pensado na lógica de facilitar a distribuição dos alimentos para escolas. Foram realizados estudos para levantamento da demanda como também avaliação das aquisições da última ata. A contratação atual encontra-se em encaminhamento para análise jurídica.

O Presidente questionou, neste momento, sobre a essencialidade de determinados objetos e sobre a periodicidade dos considerados mais relevantes, como material escolar e mobiliário. Sugeriu estabelecer periodicidade mínima para determinados objetos considerados estratégicos, assim como rever o organograma da CGCOM, de modo que as compras nacionais fiquem sob a responsabilidade de uma área e as compras para atendimento das demandas do FNDE em outra, permitindo assim uma maior especialização do trabalho. Em resposta, o Sr. Luís Cláudio Bragança, expôs que já existe uma proposta da reestruturação da área como a especificada e que seria submetida à aprovação da Presidência.

Neste momento a reunião foi interrompida para apresentação dos protótipos de bicicletas, que são explicadas brevemente pelo servidor responsável pelo Controle de Qualidade do FNDE, Felipe Neves. Foram realizados alguns apontamentos e questionamentos sobre especificações do modelo, e o Presidente solicitou então que fosse avaliada a possibilidade de inclusão da bandeira do Brasil nos modelos atuais. O Coordenador de Compras, João César, ficou de verificar essa possibilidade tendo em vista que a licitação já está em andamento.

Retomou-se a reunião com o Sr. João César mencionando a necessidade de realização de parcerias como com a FDE, que auxilia o FNDE com o mobiliário escolar, e também com o IFB, que auxilia no projeto do caminhão frigorífico. O Diretor de Administração citou que em visita ao INMETRO verificou a necessidade de certificação da linha de produção no caso dos ônibus. O Presidente manifestou-se pela importância da celebração das parcerias e sugeriu que fossem priorizadas entidades federais como universidades, institutos e o próprio INMETRO.

- i) **Mobiliário escolar e infantil:** ainda em fase de planejamento da licitação.
- j) **Link e infraestrutura de conectividade:** A Diretora de Tecnologia e Inovação expôs que estes objetos tratam de oferecer melhor qualidade de internet para escolas que desejarem aumentar a conectividade para fins pedagógicos. O Presidente citou que houve contatos com a ANATEL neste sentido também, e discorreu sobre o PLC 79.
- k) **Lanchas escolares:** a CECOM informou que esse projeto já passou pela audiência pública, mas que diferentemente de outros objetos, é recomendável que só se inicie a licitação havendo recursos federais destinados para a aquisição de um quantitativo mínimo de lanchas, dado o perfil dos entes contemplados que, em geral, não possuem recursos próprios para a aquisição. Na última ata feita pelo FNDE não houve repasse de recursos aos entes, o que gerou frustração das expectativas do mercado poucas aquisições de fato. A Diretora de Ações Educacionais reforçou que este objeto só deve ser licitado se houver garantia de recursos federais. O Presidente mencionou que os municípios e estados têm preferido investir na construção e reforma de escolas ao transporte fluvial, e que este não seria um projeto prioritário no momento.

I) **Equipamentos de cozinha:** alinhamento da CGCOM com a DIRAE. São duas linhas para licitar - doméstica e industrial, e ainda há necessidade de realização de audiência pública.

Neste momento, é sugerido pelo Coordenador de Compras que o FNDE deve se esforçar para garantir a participação maior de municípios e estados nas audiências públicas. O Presidente, em razão da sugestão, solicita avisá-lo quando da realização de audiências públicas, para que este realize a articulação política para convidar entidades representativas como UNDIME e CONSED. O Sr. João César complementou que as audiências são transmitidas pelo Youtube no canal do FNDE, e o Presidente enfatizou que MEC seja convidado e participe de maneira ativa das próximas audiências, sugerindo que se defina um interlocutor da secretaria executiva para melhor articulação, solicitando o apoio do Sr. William nessa questão.

m) **Mobiliário biblioteca:** não houve formalização de demanda por parte da unidade requisitante. A DIRAE menciona que seria a 1ª proposta para mobiliário de biblioteca, e sugere articulação com a SEALF para este projeto.

n) **Processos cancelados:** o Sr. João César discorreu então brevemente sobre os itens do PCN cancelados a pedido da própria secretaria demandante do MEC (a SEB): Laboratórios Móveis de Ciência, Material Pedagógico e Impressora 3D.

o) **Robótica:** a Coordenação de Compras expôs o histórico do processo, que sofreu representação no Tribunal de Contas da União pela mesma empresa por duas vezes. O Presidente solicitou ao Coordenador de Compras que explicasse a situação do processo. Foi explicado então que, na primeira representação, foi recomendado ao FNDE que realizasse novamente a fase habilitação, desconhecendo o critério de cálculo dos quantitativos constantes dos atestados de capacidade técnica das empresas, como inicialmente adotado pelo pregoeiro. A recomendação foi acatada pela Administração à época, com a adoção de novo critério para o cálculo. Na segunda representação, o TCU entendeu que os critérios adotados não estavam expressamente definidos no edital, e determinou a anulação do pregão, tornando-o sem efeito desde a publicação. O Sr. João César mencionou que a anulação foi efetivada e que eventual publicação de novo edital com as devidas correções dependeria do aval da Administração, e em razão disto o Presidente mencionou que

tratará com o Secretário da SEB sobre a possível retomada deste processo, considerando haver demandas dos estados e municípios pelo objeto.

Por fim, o Presidente solicitou encaminhar uma cópia impressa do processo do Plano de Compras para todas as diretorias, e encerrou a reunião argumentando a importância do Comitê Deliberativo para o alcance de uma educação de qualidade por meio das políticas públicas executadas pelo FNDE. A reunião encerrou-se às 10h50

### Encaminhamentos

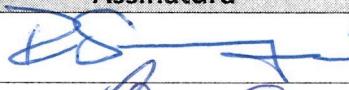
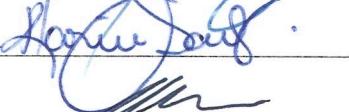
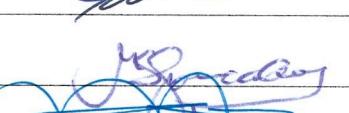
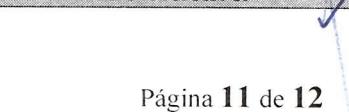
**DIRAD:** Elaborar justificativa para estender o prazo de vigência das atas de Registro de Preço Nacional, para envio ao Ministério da Economia.

**DIRAD/DIRAE:** Elaborar justificativa para que os recursos do PDDE possam ser utilizados em atas do FNDE, para envio ao Ministério da Economia. Citar o valor de quase dois bilhões de reais que poderiam ser utilizados.

**DIRAD:** Verificar a possibilidade de inclusão da bandeira do Brasil nas bicicletas a serem adquiridas e incluir a representação da bandeira nos projetos em andamento, quando viável.,

**PRESIDÊNCIA:** Agendar reunião deliberativa do CDCN em 15 dias.

### Assinaturas:

Nome	Unidade	Ramal	Assinatura
Rodrigo Sergio Dias	Presidência	4812	
Gilvan Silva Batista	DIFIN	4700	
Andréa Cristina Alves da Silva	DIGAP	4903	
Luiz Tadeu Vilela Blumm	DIGEF	4199	
Luís Cláudio da Fonseca Bragança Pinheiro	DIRAD	4803	
Karine Silva dos Santos	DIRAE	5555	
Ana Cristina Bittar Oliveira	DIRTI	5165	
Marcília da Silva Gonçalves	AUDIT	4608	
Emerson Ricardo Rossetto	PROFE	4858	
Nome	Unidade	Ramal	Assinatura

William Ferreira da Cunha	SEALF	2022-9389	
Guilherme Arthur Botelho Victorio Cerioni	GABIN	4850	
Andrey de Sousa Nascimento	DIFIN	4798	
Ana Paula Costa Rodrigues	CGARC	5217	
Carla Michel Rodegheri	DIRAD	4301	
André Gomes Pontes	DIRAD	4926	
João César da Fonseca Neto	CECOM	4757	
Isabel Cristina Silva Chagas	CGLOG	4721	
Renata Maria Almeida	DIRAD	5061	